

Vera Cruz de Marmelar: a intervenção de Afonso Peres Farinha

Lúcia Rosas

Paula Pinto Costa

O desenvolvimento da investigação sobre a comenda de Marmelar e o amadurecimento da reflexão em torno da evidência documental, artística e arqueológica conhecida até este momento justifica a colocação de novas hipóteses sobre a clarificação do topónimo Marmelar e do diverso património edificado que lhe estava associado. Neste sentido, o presente artigo constitui um texto complementar aos resultados do projeto de investigação *Comendas das Ordens Militares. Perfil nacional e inserção Internacional* (FCT PTDC/HIS-HIS/102956/2008), recentemente publicados¹.

Na verdade, o topónimo Marmelar era utilizado na documentação medieval em referência a locais distintos de um mesmo território geologicamente definido², nem sempre fáceis de identificar. Referimo-nos em concreto a três situações: Marmelar junto à delimitação dos concelhos de Évora e Beja pela Serra da Fasquia, sempre designado na documentação medieval como “monasterium”, provavelmente em local isolado e que no tombo da comenda feito no século XVII continua a ser identificado como “terra do dito Marmelar que he termo de Beja”³; Marmelar designado de “ecclesia” de S. Pedro de Marmelar⁴, hipoteticamente a igreja paroquial de Pedrogão (concelho da Vidigueira); e, ainda, Marmelar (Vera Cruz), sempre associado a um mosteiro da Ordem do Hospital fundado por frei D. Afonso Peres Farinha e nunca documentado como da Vera Cruz até à segunda metade do século XIV⁵. No entanto, uma lápide desaparecida antes do final do século XVIII, e da qual só se conhece uma leitura em segunda mão publicada por Anastácio de Figueiredo, constitui a única menção a “hoc Monasterium Sancti Petri de Marmellalli”⁶. Esta referência justifica que os historiadores tenham assumido que a igreja da comenda de Vera Cruz de Marmelar tivesse o orago de S. Pedro e, por outro lado, que esta mesma coincidissem com o “monasterium” de Marmelar referido na documentação.

No esclarecimento desta questão torna-se fundamental identificar a classificação jurídico-funcional dos espaços religiosos edificados. A proveniência das fontes documentais (concelhia, senhorial e episcopal) de que

1 FONSECA, 2013a, onde está indicada a bibliografia específica, entre a qual se destaca a abordagem de PAGARÁ; SILVA; SERRÃO: 2006.

2 ALVES, 1971: 219.

3 FONSECA, 2013b: doc. 83, fl. 8v.

4 FONSECA, 2013b: doc. 6.

5 FONSECA, 2013b: doc. 17.

6 Importantes notas críticas em BARROCA, 2000: vol. II, t. 1, insc. 398: 1024-1025 e FONSECA, 2013b: doc. 14.

dispomos e o apuramento das designações utilizadas (“monasterium”/“ecclesia”) conjuntamente com o topónimo Marmelar constituem aspetos suficientemente sugestivos, tendo em conta o objetivo central deste texto.

Em análise estão quatro documentos datados dos anos de 1258, 1262, 1271 e 1274. O documento de 1258 da lavra do concelho de Évora, a propósito da doação que faz de uma herdade no seu termo a D. João Peres de Aboim e à sua mulher e filhos, refere-se ao “monasterium de Marmelar”⁷. As autoridades municipais, na demarcação deste território, usam como referência as vias de comunicação que teriam uma importância muito grande na vida comunitária e, como tal, eram bem conhecidas desse universo de homens. Neste sentido, dizem que um dos limites do senhorio de Portel se situava no cume da Serra da Fasquia, sendo que um dos marcos estava “in via que venit de Begia pro ad monasterium de Marmelar”. Este elemento, bem como a sequência da descrição desta demarcação geográfica, fazem pensar que este mosteiro corresponde hoje em dia ao lugar de Marmelar situado no concelho da Vidigueira, a cerca de 7 km a sul de Vera Cruz (Mapa n.º 1).

Em segundo lugar, o documento de 1262, pelo qual D. Martinho, bispo de Évora, e o seu cabido definem a jurisdição das igrejas situadas no senhorio de Portel, faz menção a um conjunto de sete igrejas, empregando sempre o termo “ecclesia”⁸. Neste grupo de igrejas inclui-se a “ecclesia Sancti Petri de Marmelar” que poderá corresponder à igreja de S. Pedro de Pedrogão (freguesia que atualmente integra o lugar de Marmelar, junto ao Guadiana), situada precisamente numa das periferias das terras que constituem o senhorio de Portel. As palavras usadas neste documento devem merecer-nos toda a atenção, na medida em que são atribuídas ao próprio bispo de Évora, conhecedor dos espaços sagrados da sua área jurisdicional e, por conseguinte, do seu estatuto jurídico-funcional, sendo significativo o facto de se referir a este templo na qualidade de igreja e não de mosteiro.

Por fim, os documentos de 1271 e 1274 reportam-se ambos a Marmelar (Vera Cruz) e à Ordem do Hospital enquanto instituição responsável pela sua gestão. Em concreto, pelo documento de 1271, D. João Peres de Aboim e a sua mulher concedem à Ordem do Hospital, por via do Mosteiro de Marmelar, que era sede da respetiva comenda em fase de organização, a igreja de Santa Maria de Portel e todas as outras igrejas que se viessem a fazer no senhorio de Portel⁹. Como veremos adiante há sérias hipóteses de aquele mosteiro se encontrar em fase de construção por essa cronologia. Por sua vez, através do documento de 1274, D. Durando, bispo de Évora, define a jurisdição e a área territorial deste mosteiro de Marmelar (Vera Cruz)¹⁰.

Face aos elementos que expusemos, fica patente a complexidade desta questão, a qual encontra algumas respostas na reflexão sobre o plano de obras desenvolvido por frei D. Afonso Peres Farinha e as formas de apropriação do território suas contemporâneas.

As circunstâncias históricas da constituição da comenda de Marmelar entre 1271 e 1274 são esclarecedoras. A documentação não deixa margem para dúvidas sobre a intervenção feita por frei D. Afonso Peres Farinha, nem sobre a constituição de uma comenda sedeada neste complexo arquitetónico. Decorridos 13 anos sobre a constituição do senhorio de Portel, teve lugar, em 1271, a concessão à Ordem do Hospital do padroado da igreja de Santa Maria de Portel, com a indicação de que o mosteiro em edificação fosse “cabeça de bailiagem”¹¹. Por outras palavras, ao mosteiro era reconhecida uma dignidade superior à de uma simples comenda, na medida em que seria a sede de uma circunscrição administrativa e de gestão – uma bailia – hierarquicamente superior. Três anos volvidos, em 1274, o bispo de Évora define a jurisdição deste

7 FONSECA, 2013b: doc. 1.

8 FONSECA, 2013b: doc. 6.

9 FONSECA, 2013b: documentos 8 e 9.

10 FONSECA, 2013b: doc. 12.

11 FONSECA, 2013b: documentos 8 e 9.

mosteiro, nomeadamente os seus compromissos face às autoridades episcopais, e demarca o perímetro geográfico da sua propriedade¹².

No entanto, uma lápide que está na atual sacristia da igreja de Vera Cruz abre com a datação de 1268¹³, o que nos faz antecipar a data do início das obras. Como já foi explicado no livro redigido ao abrigo do projeto mencionado¹⁴, esta data corresponderá à fixação/memorização do ano em que frei D. Afonso Peres Farinha se ligou a esse local. Com efeito, a década de 60 do século XIII será a altura em que terá dado início à construção da igreja e dos aposentos conventuais, quando contava cerca de 60 anos. Segundo a informação desta epígrafe, uma década mais tarde, terá concluído as obras, quando já era septuagenário, altura em que muito provavelmente foi colocada a referida inscrição na parede da igreja, como explicaremos.

Sem conseguirmos apurar com toda a certeza o projeto construtivo iniciado na década de 60, encontramos na documentação medieval coeva e nos elementos artísticos e arquitetónicos, também confirmados por abordagens arqueológicas sobre a construção pré-românica no Alentejo, argumentos que nos permitem propor uma leitura nova sobre esta problemática.

Assim, face a todos os elementos coligidos, o projeto de frei D. Afonso Peres Farinha foi construído de raiz, embora incorporasse uma grande quantidade de peças visigóticas e/ou moçárabes.

Em 1271¹⁵, no momento em que que D. João Peres de Aboim e D. Marinha Afonso doaram o padroado da igreja de Santa Maria de Portel, bem como o de todas as outras que existissem no termo, ao Mosteiro de Marmelar (Vera Cruz), fazem pela primeira vez referência a este mosteiro como cabeça de baillagem e morada do comendador e dos freires. Trata-se de uma realidade típica da orgânica da Ordem do Hospital, bem como a menção que o referido dignitário faz a duzentos maravedis que deveriam ser entregues à casa conventual situada no Ultramar (à época em S. João de Acre) a título de uma contribuição fiscal – as “responsões” – a que os freires estariam obrigados. No entanto, caso este montante não fosse enviado para as autoridades centrais da Ordem, seria destinado ao “refazimento do mosteiro de Marmelar, e para refazimento de sas pertenças”. O pagamento da referida contribuição só se tornaria obrigatório após a morte de frei D. Afonso Peres Farinha, segundo o mesmo documento, por “se fazer o lugar que he novo”. A reiterar esta afirmação podemos dar conta de uma outra frase do mesmo D. João de Aboim em que afirma que “por o mosteiro do Marmelar, que fundou e comesou de nos, e de sa Ordem do Hospital, e por nosso mandado, e por nosso outorgamento”. Em reforço deste argumento, podemos citar o próprio bispo de Évora que, em 1274, afirma que o “monasterium in loco deserto, et vastae solitudinis eiusdem domini Joannis studio solo proprio est fundatum”¹⁶. No seguimento deste acervo de informações, adquire sentido a mensagem gravada na lápide conservada na parede norte da atual sacristia de Vera Cruz. Como já foi dito, esta lápide abre com o ano de 1268 que será o ano de início da intervenção de D. Frei Afonso Peres Farinha no local em que se encontra hoje a igreja de Vera Cruz. Esta igreja por si construída, bem como os aposentos a ela anexos, teriam uma escala inferior, pelo menos ao nível do pé-direito dos absidiolos, e soluções muito diversas das que caracterizam o templo atual, reformado nos séculos XVI e XVIII.

Pela dotação de 1271, o mosteiro de Marmelar conta com “todo aquelle nosso herdamento que aviamos em Beja”, com a já referida igreja de Santa Maria de Portel, com as igrejas “que são começadas ou se começarem desde aqui em diante em Portel e seu termo”, e com um conjunto de bens móveis. Estes últimos terão sido doados já num tempo anterior (mas relativamente próximo), coincidente com o “primeiro começo do

12 FONSECA, 2013b: doc. 12.

13 Importantes notas críticas em BARROCA, 2000: vol. II, t.1, insc. 368: 939-950 e FONSECA, 2013b: doc. 7.

14 COSTA, 2013a: 207-234.

15 FONSECA, 2013b: documentos 8 e 9.

16 FONSECA, 2013b, doc. 12.

fundamento do mosteiro”, o que pode ser aduzido em reforço da argumentação que defende o início das obras na segunda metade da década de sessenta do século XIII.

A pré-existência de um mosteiro visigótico, na opinião de alguns historiadores¹⁷, ou da sua reconstrução na época moçárabe, como advogam outros¹⁸, no exato local em que se encontra a igreja de Vera Cruz, parece-nos, neste momento, uma hipótese afastada. Neste sentido, e como já foi referido, a igreja de Vera Cruz foi construída de raiz na segunda metade do séc. XIII. Por outro lado, a evidência documental e arqueológica testemunha uma construção datável de entre os séculos VII e XI na zona de fronteira concelhia entre Beja e Évora que terá estado na origem da reutilização de materiais em Vera Cruz, tanto mais que o mosteiro de Vera Cruz recebeu uma herdade em Beja a título de dotação, como acabamos de citar.

Segundo Licínia Wrench e Mélanie Wolfram¹⁹, as peças de aparência visigótica que se encontram na cabeceira da igreja de Vera Cruz (Figura n.º 1) e outros elementos com decoração e tratamento escultórico muito semelhantes, reutilizadas em diversas construções do lugar de Marmelar, fazem crer que tivesse havido um mesmo edifício, situado algures entre Vera Cruz e Moura, desmontado em época posterior. Embora sem possibilidade de confirmação inequívoca, as fontes documentais sugerem que este edifício seria o “monasterium de Marmelar”, provavelmente com expressão na zona em séculos anteriores. No entanto, na época subsequente à reconquista cristã alentejana poderia já não fazer sentido enquanto elemento ordenador de um núcleo de povoamento e do espaço, sendo, por essa razão, desmantelado. De facto, a homogeneidade estilística e formal das peças de Vera Cruz com as de Marmelar e com uma outra depositada no Museu de Moura fazem acreditar na existência de um mesmo monumento, cujas peças foram reaproveitadas em Vera Cruz e em casas de habitação na própria aldeia de Marmelar situada mais a Sul. Apesar de estas peças apresentarem características semelhantes, a investigação não permite concluir que haja uma mesma origem oficial. Seguindo a lição das citadas autoras, a vila de Marmelar (Pedrógão) será talvez o sítio do concelho da Vidigueira onde foi encontrado o maior número de peças arquitetónicas visigóticas reutilizadas como material de construção²⁰. No âmbito deste raciocínio, Mélanie Wolfram recorda que no arqueo-sítio Marmelar 1, localizado na Horta das Almas, C. Lopes identificou uma necrópole tardo-romana e sugeriu que possa ser também da época visigótica, devido à presença abundante de peças arquitetónicas deste perfil²¹. Paulo Feio na análise que faz das marcas arquitectónico-artísticas do território entre Évora e Beja na Alta Idade Média constata através dos testemunhos arqueológicos que “apesar de não terem sido ainda descobertas quaisquer estruturas, podemos propor a localização de um edifício religioso cristão”²² na zona oriental do atual lugar de Marmelar, na sequência de uma basílica do século VII que pode corresponder a uma reconstrução de um templo datável da Antiguidade Tardia²³.

Na sequência destas abordagens arqueológicas, e confrontados com a reutilização de materiais da Alta Idade Média, já classificada como uma dominante comum no fenómeno construtivo da época²⁴, podemos tentar perceber as motivações de Frei D. Afonso Peres Farinha ao enveredar por esta solução. De um ponto de vista mais pragmático, não seria fácil prover ao transporte destes silhares aparelhados, nem de outras peças esculpidas com motivos ornamentais, no entanto, o facto de disporem de pedras já talhadas a uns quilómetros (ou léguas, na linguagem medieval) de distância, também poderia constituir razão suficiente para a sua deslo-

17 ALMEIDA, 1986: 48.

18 FERNANDES, 2009: 255-256.

19 WRENCH, 2008: 652 e 656; WOLFRAM, 2011: 201.

20 WRENCH, 2008: 652; 656.

21 WOLFRAM, 2011: 201.

22 FEIO, 2010: 67.

23 FEIO, 2010: 68.

24 FERNANDES, 2009: 260.



Figura n.º 1 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Absidiolo sul. Interior. Decoração de fresta.
Fonte: Fotografia de Lúcia Rosas.

cação, tanto mais que o primitivo “monasterium” de Marmelar se situaria na herdade de Beja que D. João de Aboim outorgou aos Hospitalários, em 1271. Assim sendo, a Ordem disporia de um conjunto edificado numa área periférica em relação aos seus interesses. Deixando de lado estas razões mais pragmáticas, há outro tipo de motivações que podem ter influenciado a decisão de incorporação de peças visigóticas e/ou moçárabes nas obras do século XIII, bem como nas que seriam realizadas no século XVI. Antes de mais, a antiguidade e o prestígio do templo a que inicialmente pertenceriam e que se localizaria mais a Sul em direção ao Rio Guadiana, à margem de uma comenda que se quer centrar e aproximar do senhorio de Portel, atendendo às ligações pessoais dos seus dois titulares: D. Afonso Peres Farinha e D. João Peres de Aboim, respetivamente. Em segundo lugar, não podemos deixar de colocar a hipótese de esse templo primitivo abrigar já uma relíquia do Santo Lenho, eventualmente deslocada para a igreja de Vera Cruz numa época posterior, como de seguida explicaremos. Em terceiro lugar, a necessidade de incorporação de testemunhos pétreos de um passado pré-muçulmano, em que o espaço a Sul do Tejo tinha um carisma emblemático e se articulava em função do conceito de Guerra Santa.



Figura n.º 2 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Cabeceira, absidiolo sul
 Fonte: IHRU, IP/SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00188426.

O que hoje em dia podemos observar em Vera Cruz não é a igreja com o aparato que lhe foi dado no momento da sua construção do século XIII, pois houve diversas intervenções posteriores que foram alterando a sua traça original²⁵. Estas circunstâncias têm conduzido as duas interpretações. Uma considera que as capelas laterais construídas na sua base com silhares bem aparelhados em “opus quadratum”, (Figura n.º 2) datam da época visigótica²⁶. Uma outra, tendo em conta que as peças decoradas com motivos da época visigótica mostram ter sido truncadas (como, por exemplo, no caso dos frisos interiores dos dois absidiolos), defende que na época moçárabe houve uma reconstrução de um edifício de funcionalidade religiosa anterior que incorporou esses elementos mais antigos²⁷.

A igreja paroquial de Vera Cruz apresenta hoje uma nave única e retangular, cuja largura corresponde à dimensão total do conjunto da cabeceira e é construída precisamente no seu alinhamento (Figura n.º 3). Assim, supomos que a nave construída no século XIII teria uma largura equivalente à atual, embora acreditemos que o corpo da igreja nessa altura se pudesse dividir em três naves. Contudo, o seu comprimento era seguramente inferior, dada a comparação com as medidas da cabeceira, o que, caso contrário, daria lugar a uma igreja involuntariamente comprida. Em reforço desta hipótese, há vestígios de um portal entaipado na parede Sul da nave, em local mais próximo da cabeceira, que garantiria a entrada no templo (Fig. 4). A ampliação do comprimento da nave, eventualmente no século XVI ou mesmo na campanha de obras do século XVIII, levou à construção de um novo pórtico lateral (e à eliminação da anterior entrada), cujo eixo divide o comprimento da nave em duas partes iguais aproximando-se de uma solução típica da arquitetura que segue modelos tratadísticos.

25 ROSAS, 2013: 291-300.

26 HAUSCHILD, 1986: 168; ALMEIDA, 1986: 48, entre outros.

27 FERNANDES, 2009: 255-258; WOLFRAM, 2011: 37; FEIO, 2010: 81-87, entre outros.

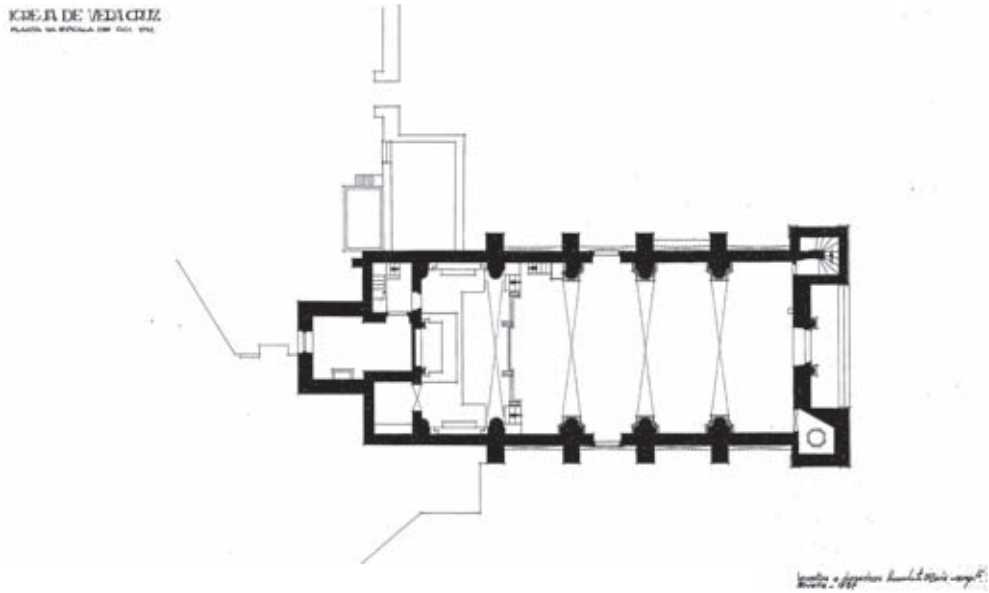


Figura n.º 3 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Planta
Fonte: IHRU, IP /SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) DES.00001896).



Figura n.º 4 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Fachada sul. Portal entaipado
Fonte: IHRU, IP /SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00161967.

Atualmente mantem-se na igreja de Vera Cruz uma parte da cabeceira construída com reaproveitamento de silhares visigóticos. Ou seja, os muros que definem o perímetro da cabeceira incluem-se na situação que descrevemos. Uma exceção deve ser feita para o caso do muro oriental da abside, hoje em dia inexistente, porque foi demolido para que a abside (capela mor) se transformasse em sacristia, o que terá acontecido no século XVIII, a julgar pela data incluída no vão de iluminação. Acrescente-se que o muro que dividia o absidiolo Sul da abside foi igualmente demolido, para garantir a comunicação entre a nave e a sacristia. Assim sendo, do edifício do século XIII resta ainda o muro que dividia o absidiolo Norte da abside e ao qual foi atribuída muita importância já na época de construção, uma vez que a lápide epigrafada que relata os feitos gloriosos de frei D. Afonso Peres Farinha está aí incorporada, na face que no século XIII correspondia ao muro Norte da capela mor e que hoje é a sacristia. Face aos elementos reunidos, podemos afirmar que esta lápide foi lavrada depois de 1273-1278 e antes de 1282, ou seja, entre o momento de conclusão das obras de frei D. Afonso Peres Farinha, nascido entre 1203-1208, e que contaria nessa altura 70 anos de idade, e o momento da sua morte, em 1282, altura em que deixa de estar documentado²⁸. Por sua vez, é no absidiolo Norte e, por conseguinte, contíguo à parede em que está a lápide, que se encontra a edícula que enquadra a relíquia do Santo Lenho.

Deve ainda sublinhar-se que no topo nascente da igreja foi adossada uma torre no final da Idade Média, cujas paredes laterais não estão alinhadas com as paredes dos absidiolos. A sua função principal era criar uma câmara superior, permitindo a comunicação direta entre o paço do comendador e a participação nos ofícios divinos por parte dos senhores Hospitalários que aí residissem, como garante a documentação do século XVII²⁹. Em abono desta hipótese, podemos recordar que hoje em dia há dois frontões visigóticos incorporados no muro oriental do absidiolo sul, sendo que um deles está completamente visível e no alinhamento de um contraforte, e o outro se encontra parcialmente oculto pela já referida torre que se encosta à cabeceira, e também no alinhamento de um outro contraforte (Figura n.º 5). O alinhamento destas peças triangulares esculpidas com os contrafortes constitui mais um argumento a favor da defesa da construção, na qual os frontões já não têm qualquer função. A função original destas peças poderia relacionar-se com decoração da cobertura de um baldaquino que ambientaria o altar. A sua colocação sobre vãos, orientando para o santuário, numa igreja da época visigótica, é também uma hipótese que já foi avançada³⁰.

28 VENTURA, 1992: 746-747; PIZARRO, 1999: vol. 2, 468-469; BARROCA, 2000: insc. 368, 947-950.

29 FONSECA, 2013b: doc. 83, fls. 5-5v.

30 ALMEIDA, 1986: 48.



Figura n.º 5 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Cabeceira. Exterior. Peças da época visigótica reaproveitadas.
 Fonte: IHRU, IP/ SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00161968.

O apuramento da cronologia da construção da torre não é tarefa fácil, se tivermos em conta o aparelho utilizado. Uma leitura apressada desta torre remete-nos para a época manuelina, na medida em que existe um vão de iluminação com padieira de arco mistilíneo. A par deste apontamento, há nas imediações da igreja outras peças decoradas ao gosto manuelino, o que era ainda mais evidente nas construções conventuais conforme documentam as fotografias das décadas de quarenta e cinquenta do século XX³¹. Porém, a existência destes elementos não é suficiente para se afirmar que a torre, pelo menos na sua origem, seja do século XVI. Na verdade, o aparelho irregular de que é feita tanto a pode situar no século XIV, como no XV, ou mesmo no XVI (Figura n.º 6). Quer isto dizer, que o vão de iluminação pode ter adquirido uma nova moldura na campanha de obras desenvolvida no século XVI, embora o esclarecimento destas questões só possa logrado com uma intervenção arqueológica completa e com o recurso à arqueologia da arquitetura.

31 Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=I PA.00001169>.



Figura n.º 6 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Torre vista do lado sul.
 Fonte: IHRU/SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) FOTO.00161964.

Terá sido a construção da torre que levou ao alteamento dos absidiolos da igreja. De facto, numa primeira observação parece que há uma articulação perfeita entre a volumetria e o aparelho usado na parte superior dos absidiolos e aquele que foi empregue na torre. Todo este conjunto é unificado por um coroamento em merlões, o que lhe confere um aspeto de igreja-fortaleza, que não conheceria no século XIII. Esta retórica militar era comum no seio da Ordem do Hospital, como demonstram os exemplos de Leça do Balio e da Flor da Rosa, ambos do século XIV, embora incongruente com uma época de poucos rendimentos e de ausência de guerra sistemática nos territórios em que se situavam.

A intervenção tardo-medieval pode refletir a rivalidade entre as duas linhagens mais implicadas com a história de Vera Cruz de Marmelar, ou seja os senhores de Góis-Farinha e os Pereira. Os primeiros, pela sua ancestral vinculação às origens da comenda. Os segundos, pelo seu papel na Batalha do Salado (1340), logrado com êxito pela intervenção divina da relíquia do Santo Lenho, que esteve na origem de um processo

de apropriação do espaço, materializado num plano de construção de vários edifícios no Alentejo por parte de frei D. Álvaro Gonçalves Pereira, a saber, o complexo conventual da For da Rosa (1341), o paço de Cernache do Bonjardim (1356), o castelo da Amieira (1356-62) e a cava e barbacã no Crato e na Amieira (1358)³². Este programa construtivo, desenvolvido após o Salado no quadro de um horizonte conceptual de Cruzada, traduz uma mensagem de refundação da própria Ordem e de reforço da sua identidade e apela a um cenário mais amplo. Nestes meados do século XIV, avolumavam-se as dificuldades bélicas no Mediterrâneo Oriental, os Templários tinham sido extintos e os Hospitalários fortificavam a ilha de Rodas e assumiam a defesa da Cristandade frente ao Turco. Neste contexto, ganha sentido a sua necessidade de reafirmação de vocação militar também em território português.

A ação de frei D. Álvaro Gonçalves Pereira, ou mesmo do seu filho, o condestável D. Nuno Álvares Pereira, está presente na igreja de Vera Cruz, precisamente nas duas peças mais simbólicas do seu património: a edícula que guarda a relíquia do Santo Lenho e a Cruz Processional em prata e esmaltes translúcidos, que apresentam as armas dos Pereira e da Ordem do Hospital³³ (Figuras números 7 e 8).



Figura n.º 7 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Edícula da relíquia do Santo Lenho.

Fonte: Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora (PO. VE.1.012 equ.JPG).

32 COSTA, 2013b: 239-256.

33 ROSAS, 2013: 309-318.



Figura n.º 8 – Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Cruz processional.
Fonte: Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora (PO.VE.1.021_our[2].JPG).

Em 1322, pelo testamento de D. Dinis³⁴, é a primeira vez que se estabelece a ligação da relíquia com o Marmelar, embora o diploma não esclareça a que Marmelar se está a referir, sendo muito provável que se trate da igreja do mosteiro feito por frei D. Afonso Peres Farinha, por ser da Ordem do Hospital, ligada desde as suas origens a Jerusalém. Por sua vez, o relato da batalha do Salado inserto no *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, por meados da década de 80 do século XIV³⁵, pode ser interpretado como uma espécie de crónica laudatória dos Pereira, em geral, e de frei D. Álvaro Gonçalves Pereira, em particular, depois da sua morte mencionada no próprio texto. De resto, em tempo posterior, um filho deste prior – o condestável D. Nuno Álvares Pereira – terá sido a figura central de uma crónica senhorial, ao estilo da que teria sido ensaiada para o seu pai. Independentemente deste processo laudatório, indiscutível é o facto de a edícula que reserva a Vera Cruz e de a Cruz Processional conterem as armas dos Pereiras. Se é certo que a origem destas duas peças se encontra na família Pereira, a definição da cronologia da sua oferta ao mosteiro abre duas possibilidades. Ou seja, o benfeitor pode ter sido o próprio Álvaro Gonçalves Pereira, que interveio em diversos edifícios situados sobretudo no território alentejano, ou o seu filho Nuno Álvares Pereira. Dado que no *Agiológio Lusitano* é dito “que depois exornou de prata a mayor custo o condestable Dom Nuno Alvres Pereira emtallando nella suas armas”³⁶, parece-nos provável que esta sua decisão se situe no contexto da *homenagem* ao pai nos anos 80 do século XIV, altura em que se produziu o discurso apologético em sua honra. É ainda possível pensar na força propiciatória da própria relíquia na batalha de Aljubarrota³⁷, protagonizada não só pelo Condestável como também por outros elementos da sua família, o que poderia ter dado origem a um enriquecimento de carácter votivo da relíquia³⁸.

A identificação do orago da igreja de Vera Cruz de Marmelar é fundamental tendo em conta as questões em estudo. A tradição histórica veiculada a este propósito, mais do que esclarecer o problema, tem alimentado uma ideia nebulosa que, à luz de um raciocínio crítico, deixa em aberto algumas interrogações. Nos quatro documentos já citados (1258, 1262, 1271, 1274) nunca é referido qualquer orago relativo a esta igreja. Por sua vez, a primeira prova documental que estabelece a relação entre uma relíquia do Santo Lenho e o Marmelar é o testamento de D. Dinis de 1322, quando o rei determina “que torne logo ao Marmelar a Cruz de Ligno Domini que ende eu mandei filhar enprestada”³⁹. No entanto, deve clarificar-se que este testamento também é omissivo quanto ao orago do templo. Por sua vez, o *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, reformulado nos anos 80 do séc. XIV⁴⁰, e a Crónica de 1419 são unânimes a dizer que “loguo el Rey mandou a Dom Áluaro Gil (sic) de Pereira, Prior do Crato, que antes de encontrarem mostrasse o Lenho da vera Cruz, que levara do Marmelar”⁴¹. Explicitamente, o orago continua a não ser mencionado, embora haja menção à presença da relíquia em Marmelar. Pelos documentos que se preservaram, supomos que a atribuição do orago de Vera Cruz só terá sido assumida depois da batalha do Salado. Desta forma, data apenas de 1397 o primeiro documento que se refere a “Sancta Vera Cruz do Marmelar” como topónimo. Este documento de proveniência régia é também o testemunho mais precoce e fidedigno que conhecemos sobre a invocação da Vera Cruz. A carga simbólica da devoção à sagrada relíquia é de tal modo emblemática que acabou por se converter em topónimo, designando-se a aldeia simplesmente como da Vera Cruz.

34 FONSECA, 2013b: doc. 15.

35 FERREIRA, 2011: 99-129.

36 FONSECA, 2013b: doc. 82.

37 FONSECA, 1728: 73.

38 LAVAJO, 2013: 218-221.

39 FONSECA, 2013b: doc. 15.

40 MATTOSO, 1980.

41 PINA, [1419]: cap. LIX.

Um documento episcopal⁴² já foi interpretado como prova da criação da paróquia de Vera Cruz em 1345⁴³. No entanto, a leitura deste documento mostra que o que está em causa são as igrejas de S. Salvador, Santa Maria, S. João e S. Tiago de Beja, todas elas situadas no “loci” de Marmelar, promovendo-se ao estatuto de paroquial a de Santa Maria. A lista das igrejas de 1320, no que toca a Beja, refere apenas as igrejas de S. Salvador, S. João e S. Tiago, bem como a igreja de Vila Boa, esta última tributada com um valor muito inferior comparativamente às restantes⁴⁴. Assim, a igreja de Santa Maria de Marmelar será de construção trecentista e hoje em dia tem o orago de Santa Brígida. Nos anos 80 do século XIV, Gonçalo Vasques de Moura, titular do morgado de Marmelar, e a sua mulher querem ser tumulados nesta igreja de Santa Maria de Marmelar, admitindo a hipótese de serem sepultados na sé de Évora, no caso de a igreja ainda não estar concluída⁴⁵.

Talvez o primitivo “monasterium” de Marmelar tivesse o orago de S. Pedro, à semelhança da “ecclesia Sancti Petri”, provavelmente a matriz da atual freguesia de Pedrogão, justificando a transição deste orago para o novo mosteiro construído por frei D. Afonso Peres Farinha, depois da desmontagem do antigo. Só assim se explica que a hipotética informação contida na perdida lápide de 1328⁴⁶ – “hoc Monasterium Sancti Petri de Marmellall” – tenha alguma credibilidade. A aceitação tácita deste orago para proteção da nova casa sagrada pode justificar o silêncio do bispo de Évora quanto à sagração e ao orago em 1274.

Num códice do século XVI, que arrola os sumários de diversos documentos relativos à Ordem do Hospital, encontra-se o registo de documentação pontifícia também omissa quanto ao orago do mosteiro existente em Vera Cruz. Porém, esta documentação traduz a necessidade de atrair peregrinos a esse local. O papa Clemente IV concedeu entre 40 e 100 dias de perdão a quem se deslocasse a Marmelar nas festividades de S. Pedro, Santa Maria, S. Brás e Santa Maria Madalena e a “quantos derem ajuda pera fazer a igreja do Marmelal”⁴⁷. Atendendo a que o seu pontificado termina em 1268⁴⁸, podemos estar perante mais um indicador que corrobora o arranque das obras neste mesmo ano.

Em síntese, podemos concluir que com a criação do senhorio de Portel em 1258 e com a associação da Ordem do Hospital ao lugar que hoje é a Vera Cruz, se verificou um recentrar do território de Marmelar no seguimento da criação da comenda, na década de 70 do século XIII, em detrimento da zona mais periférica da comenda junto à fronteira concelhia entre Évora e Beja.

Neste sentido, pensamos que a igreja de Vera Cruz, que fazia parte do complexo conventual hospitalário, foi feita de raiz a partir da década de sessenta do século XIII, por iniciativa de Frei D. Afonso Peres Farinha, com a reutilização de peças visigóticas e/ou moçárabes provenientes do “monasterium” de Marmelar, situado junto ao limite entre Évora e Beja, e dentro da área limítrofe da comenda hospitalária. No século XIV, a relíquia da Vera Cruz e o significado que lhe é atribuído no contexto da batalha do Salado vão justificar a renovada importância da igreja da Ordem do Hospital, nomeadamente com a intervenção dos Pereira. Por fim, terá sido esta conjuntura que favoreceu o uso da designação da relíquia, isto é Vera Cruz, como topónimo identificativo da paróquia.

42 Arquivo do Cabido da Sé de Évora, EE8d.

43 BEIRANTE, 1995: 163.

44 FORTUNATO, 1971: vol. IV, 136.

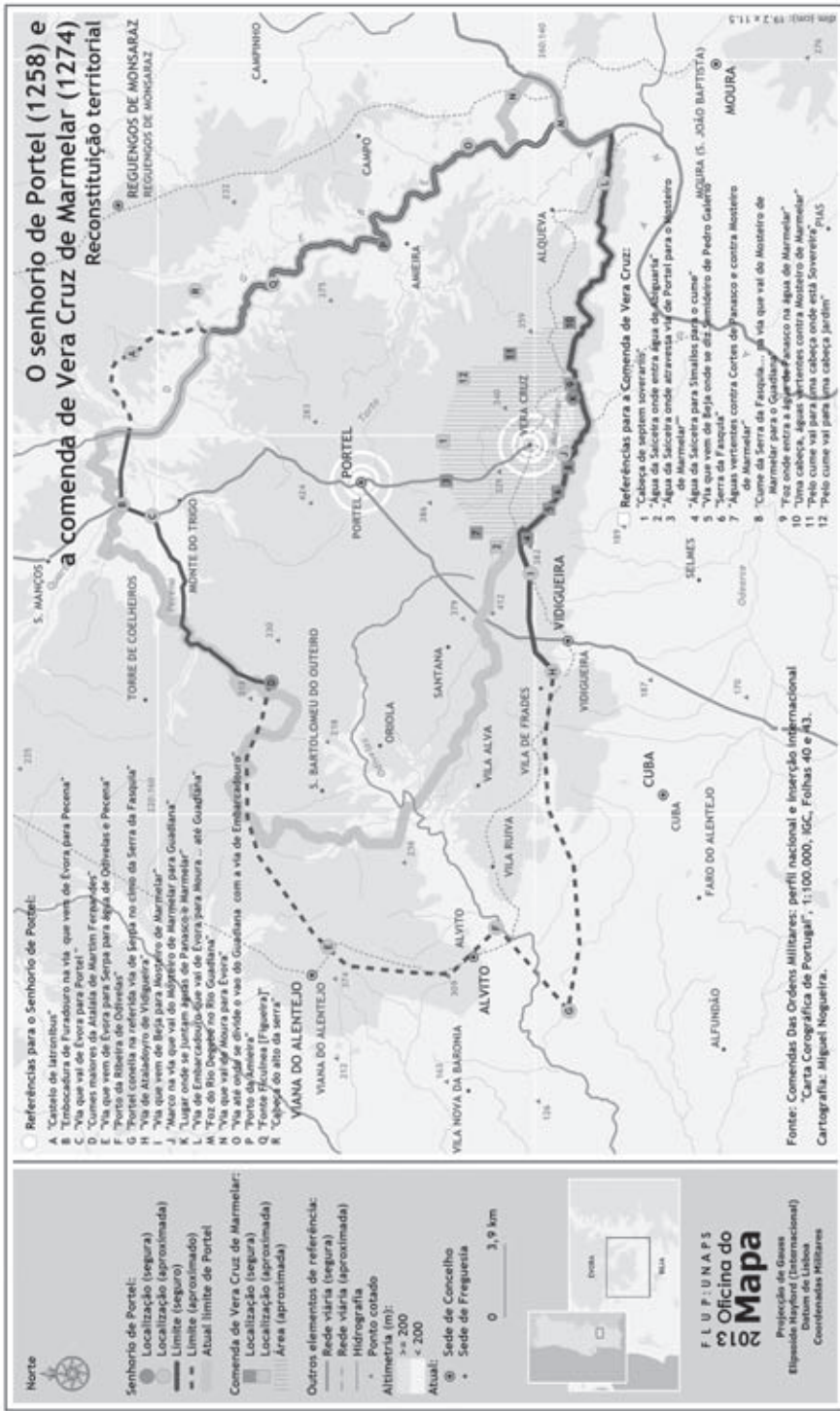
45 VASCONCELOS; CRUZ; FREITAS, s.d.: vol. I, t. 4, 323.

46 BARROCA, 2000: vol. II, t. 1, insc. 398, 1024-1025.

47 FONSECA, 2013b: doc. 54.

48 OLIVEIRA, 1994: 288.

Mapa n.º 1 – O Senhorio de Portel (1258) e a Comenda de Vera Cruz de Marmelar (1274).
Reconstituição territorial



Fonte: Elaboração própria/Oficina do Mapa da FLUP.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1986 – *História de Arte em Portugal*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa.
- ALMEIDA, Fortunato de, 1971 – *História da Igreja em Portugal*, vol. IV. Porto/Lisboa: Livraria Civilização.
- ALVES, Celeste Oliveira, 1971 – “A Bacia de Marmelar. Aplicação de métodos sedimentológicos ao estudo da evolução do relevo”. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, vol. 6, n.º 12, p. 219-245.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 – *Epigrafia Medieval Portuguesa 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3 volumes.
- BRANDÃO, Francisco, 1650 – *Monarquia Lusitana*, vol. 5. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck.
- COSTA, Paula Pinto, 2013a – “História da comenda” in FONSECA, Luis Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17, p. 207-234.
- COSTA, Paula Pinto, 2013b – “As estruturas fortificadas de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: entre o domínio territorial e a afirmação senhorial” in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Castelos das Ordens Militares*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura /Direção Geral do Património Cultural, p. 239-256.
- FEIO, Jorge Manuel da Palma Moreira, 2010 – *Marcas Arquitectónico-Artísticas da Cristianização de Território entre Évora e Beja*. Lisboa (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- FERNANDES, Paulo Almeida, 2009 – “Esplendor ou Declínio? A Arquitectura do século VII no território português” in CABALLERO ZOREDA, Luis; UTRERO AGUDO, María de los Ángeles (coord.) – *El siglo VII frente al siglo VII*. Mérida: CSIC/Junta de Extremadura, p. 241-273.
- FERREIRA, Maria do Rosário, 2011 – “A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens” in MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (org.) – *Legitimação e Linhagem na Idade Média. Homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas, p. 99-129.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de, 1800 – *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal, Parte II*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira.
- FONSECA, Francisco da, 1728 – *Évora Gloriosa*. Roma: Officina Kamarekiana.
- FONSECA, Luis Adão da (coord.), 2013a – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17.
- FONSECA, Luis Adão da (coord.), 2013b – *A Comenda de Marmelar. Corpus Documental (1258-1640)*. Porto: CEPESE, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 16. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/moa-16/view>>.
- HAUSCHILD, Theodor, 1986 – “Arte Visigótica” in *História de Arte em Portugal*, vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, p. 149-169.
- LAVAJO, Joaquim Chorão, 2013 – “Vera Cruz de Marmelar e Santo Lenho de Évora, contextualização histórico-religiosa”. *Eborensia*. Ano XXVI, n.º 47, p. 205-240.
- MATTOSO, José (ed. crítica), 1980 – “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro” in *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série, vol. II. Lisboa: Academia das Ciências.
- OLIVEIRA, Miguel de, 1994 – *História Eclesiástica de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- PAGARÁ, Ana; SILVA, Nuno Vassalo e; SERRÃO, Vítor, 2006 – *Igreja de Vera Cruz de Marmelar*. Portel: Câmara Municipal.
- PINA, Rui de, [1419] 1977 – “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V” in ALMEIDA, Manuel Lopes de (ed.) – *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- PIZARRO, José Augusto Sottomayor, 1999 – *Linhagens Medievais Portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família/Universidade Moderna, 3 volumes.
- ROSAS, Lúcia, 2013 – “Património artístico” in FONSECA, Luis Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, coleção *Militarium Ordinum Analecta*, n.º 17, p. 291-300 e 309-318.
- VASCONCELOS, Alexandre António Pereira de Miranda; CRUZ, António Augusto Ferreira da; FREITAS, Eugénio Eduardo Andréa da Cunha (ed.), s.d. – *Pedatura Lusitana* (MORAIS, Cristovão Alão de, 1673), tomo 4, vol. I. Porto: Livraria Fernando Machado.
- VENTURA, Leontina, 1992 – *A nobreza de corte de Afonso III*, vol. II. Coimbra: Faculdade de Letras.
- WOLFRAM, Mélanie, 2011 – *A Cristianização do mundo rural no Sul da Lusitânia*. Lisboa: École Doctorale VI (tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Université Paris IV, Sorbonne École Doctorale VI).
- WRENCH, Lúcia Nunes Correia, 2008 – *Decoração arquitetónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitetónicos e de mobiliário litúrgico provenientes do território português*. Lisboa (tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).